

# Supremo retoma sessões plenárias de julgamento nesta quinta-feira

29/07/2024

O Supremo Tribunal Federal retomará nesta quinta-feira (1º/8) as sessões plenárias de julgamento. Estão na pauta quatro ações diretas de inconstitucionalidade que discutem, entre outros temas, a decretação do estado de emergência em 2022 e a obrigação de empresas de internet de informar a entrega diária de velocidade.

O primeiro item da pauta é a ADI 7.212, apresentada pelo Partido Novo contra a Emenda Constitucional (EC) 123, que instituiu o estado de emergência em 2022 em decorrência da elevação extraordinária dos preços de combustíveis e ampliou o pagamento de benefícios sociais.

O partido alega que a medida buscou garantir a distribuição gratuita de bens em ano de eleição, violando o direito ao voto secreto e universal, uma vez que a medida seria barrada pela legislação eleitoral.

O julgamento foi iniciado em sessão virtual em que o relator, ministro André Mendonça, e o ministro Alexandre de Moraes votaram pela improcedência do pedido, mas foi remetido à sessão presencial por um pedido de destaque do ministro Edson Fachin.

## Velocidade da internet

O segundo item na pauta é a ADI 7.416, proposta pela Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) contra uma lei de Mato Grosso do Sul que obriga prestadoras de internet a informarem, nas faturas mensais, a quantia diária de entrega de velocidade de recebimento e envio de dados.

Em sessão virtual, o julgamento teve maioria para declarar a constitucionalidade da lei. Votaram nesse sentido o relator, ministro Alexandre de Moraes, a ministra Cármen Lúcia e os ministros Edson Fachin, Dias Toffoli, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso, presidente do STF. O processo foi movido para o Plenário físico por pedido de destaque do ministro Gilmar Mendes.

## Outras ADIs

O STF ainda deve discutir ação que questiona se o Ministério Público de Contas do Pará tem autonomia administrativa e financeira (ADI 5.254) e ação contra dispositivos da lei complementar estadual que estabelece diretrizes e bases para o sistema educativo de Goiás (ADI 2.965). *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-jul-29/supremo-retoma-sessoes-plenarias-de-julgamento-nesta-quinta-feira/>

Antonio Augusto/STF



Pauta de retomada do STF tem quatro ações diretas de inconstitucionalidade